

QUINTA CÂMARA CÍVEL	
Embargos de Declaração nº: 0282018-8	1ª Vara Cível da Comarca de Petrolina
Embargante:	Companhia Energética de Pernambuco - CELPE
Embargado:	Eloi Manoel Galdino
Relator:	Des. Stênio Neiva Coêlho

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PREQUESTIONAMENTO. MATÉRIAS JÁ TRATADAS EM SEDE DE APELAÇÃO. PREQUESTIONAMENTO A SER ANALISADO EM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE DE RECURSOS ESPECIAL E EXTRAORDINÁRIO. NÃO CONHECIDO. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO. TENTATIVA DE MODIFICAÇÃO DO JULGADO. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS REJEITADOS. DECISÃO UNÂNIME.

1. Se a matéria já foi discutida, compete à vice-presidência do Tribunal de Justiça, em sede de juízo de admissibilidade dos recursos especial e extraordinário, analisar se os dispositivos foram ou não prequestionados. Prequestionamento não conhecido.
2. Não pode o Embargante tentar em sede de embargos de declaração revisitar o julgado, objetivando sua reforma, desvirtuando assim a natureza do recurso do art. 535 do CPC.
3. Embargos de declaração conhecidos e rejeitados.

ACÓRDÃO

Visto, discutido e votado este recurso, tombado sob o nº 0282018-8, ACORDAM os Desembargadores integrantes da QUINTA Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade de votos, em **negar provimento** aos Embargos Declaratórios, tudo nos termos dos votos e notas taquigráficas anexas, que passam a fazer parte integrante deste julgado.

Recife, 10 de abril de 2013


Stênio Neiva Coêlho
Desembargador Relator



QUINTA CÂMARA CÍVEL

Embargos de Declaração nº: 0282018-8 1ª Vara Cível da Comarca de Petrolina

Embargante: Companhia Energética de Pernambuco - CELPE

Embargado: Eloi Manoel Galdino

Relator: Des. Stênio Neiva Coêlho

RELATÓRIO

Trata-se de Embargos Declaratórios interpostos pela Companhia Energética de Pernambuco - CELPE, em face de acórdão (fls. 329) lavrado nos autos do Recurso de Apelação de mesmo número, que negou provimento ao recurso, mantendo incólume a r. decisão proferida pelo MM juiz a quo.

A decisão embargada foi nítida ao consignar que, *ipsis litteris*:

“EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL E CONSUMIDOR. APELAÇÃO CÍVEL. ALEGAÇÃO DE FRAUDE NO MEDIDOR DE ENERGIA ELÉTRICA. DESVIO DE ENERGIA NÃO COMPROVADO. ÔNUS DA PROVA. ART. 333, II, DO CPC. IMPOSIÇÃO DE PARCELAMENTO NA FATURA DE ENERGIA SEM AUTORIZAÇÃO DO CONSUMIDOR. DANO MORAL. CARACTERIZAÇÃO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. MANUTENÇÃO.

1. É da concessionária de energia elétrica o ônus de provar o alegado desvio de energia, seja por meio de perícia técnica elaborada por órgão oficial, seja por meio de outras provas admitidas em direito, bem como que o consumidor tenha de alguma forma se beneficiado com tal irregularidade, a teor da regra do art. 333, II, do CPC;

2. É ilegal a conduta da concessionária de energia ao impor ao consumidor parcelamento de débito em sua conta mensal de energia sem que este tenha expressamente autorizado, revelando-se tal imposição mais que abusiva do ponto de vista das normas consumeristas, causando aflição, angústia e dor psicológica anormal no consumidor, que passa a ser obrigado a pagar tal parcelamento para não ver seu fornecimento de energia suspenso, sendo cabível o dano moral.

3. A verba honorária deve ser fixada em valor compatível com a dignidade da profissão e ser arbitrada levando em consideração o caso concreto, de modo que represente adequada remuneração ao trabalho do profissional,

4. Recurso a que nega provimento”.

Inconformada com o julgado na sessão, a Embargante alega que houve omissão no acórdão embargado, visto que restou ausente o pronunciamento quanto à não suspensão do fornecimento de energia por parte da empresa embargante, afirmando assim que não faz jus o embargado ao recebimento de indenização por danos morais.

Por fim, com o fulcro de prequestionar matéria para futura e eventual interposição de recurso especial e extraordinário, requer a manifestação desta Câmara em relação a toda matéria tratada nos autos.

Por independência de inclusão em pauta, em atenção ao art. 85, d, RITJPE, apresento em mesa para julgamento.

É o relatório.

Recife, 10 de abril de 2013

Stênio Neiva Coêlho
Desembargador Relator

QUINTA CÂMARA CÍVEL	
Embargos de Declaração nº: 0282018-8	1ª Vara Cível da Comarca de Petrolina
Embargante: Companhia Energética de Pernambuco - CELPE	
Embargado: Eloi Manoel Galdino	
Relator: Des. Stênio Neiva Coêlho	

VOTO

Em observação dos Embargos, observa-se que os presentes Aclaratórios foram intentados também com finalidade de prequestionamento da matéria.

No entanto, ainda que para fins de prequestionamento, o presente recurso apenas seria admissível caso o acórdão embargado estivesse maculado de algum de vício (omissão, contradição ou obscuridade) que ensejasse a oposição desta espécie recursal, haja vista tratar-se de um recurso com fundamentação vinculada.

Cabe mencionar não ser do escopo dos Embargos de Declaração a finalidade de prequestionamento de dispositivos legais, mas, dado o seu caráter integrativo, têm o fito de apenas complementar e/ou esclarecer a decisão embargada quando for preciso sanar eventual omissão, obscuridade ou contradição, o que pode, reflexa e excepcionalmente, acarretar efeito infringente aos aclaratórios.

Outrossim, a matéria já foi discutida, competindo à vice-presidência, em sede de juízo de admissibilidade dos recursos especial e extraordinário, analisar se os dispositivos foram ou não prequestionados.

Por tais fundamentos, quanto ao prequestionamento, **voto no sentido de não conhecê-lo.**

Ademais, alega omissão do acórdão, afirmando que este não se manifestou acerca da suspensão do fornecimento de energia por parte da empresa embargante, fato este que isentaria o recorrente do pagamento de indenização por dano moral.

Entretanto, entendo não merecer razão ao embargante, visto que a decisão recorrida de minha relatoria foi clara ao consignar que não trataria da indenização por dano moral, uma vez que a recorrente já foi condenada a pagar indenização por inscrição indevida e por ter interrompido o fornecimento de energia elétrica pela sentença de mérito proferida pelo Juiz de Direito do I Juizado Especial Cível de Petrolina, nos autos do processo nº 0001403-85.2010.8.17.8026, tendo a indenização, inclusive, já sido paga pela embargante:

“Registro, antes de solucionar a controvérsia, que o próprio apelado informa que já recebeu indenização a título de dano moral nos autos do processo nº 1403.85.2010.8.17.8026, distribuído perante o I Juizado Especial Cível de Petrolina, por ocasião de ter o seu nome negativado e interrompido o fornecimento de energia elétrica em relação ao débito que foi desconstituído pela sentença apelada.

Compulsando os autos, constato que a sentença de mérito proferida pelo Juiz de Direito do I Juizado Especial Cível de Petrolina, nos autos do processo nº 1403.85.2010.8.17.8026, envolvendo as mesmas partes e os mesmos fatos aqui noticiados, já condenou a apelante ao pagamento de 10 (dez) salários mínimos por ter interrompido o fornecimento de energia elétrica e incluído o nome do apelado no SPC (fls. 118/121).

Logo, tendo a apelante já reparado civilmente o apelado pelo corte ilegal de energia e pela negativação indevida do seu nome no SPC, limito à análise deste recurso apenas no respeitante à desconstituição do débito objeto da cobrança, bem como se o ato de incluir parcelamento na fatura de consumo mensal do apelado, sem sua expressa autorização, causou abalo de ordem moral a ponto de justificar eventual condenação.”

Assim, quanto a omissão alegada, as questões postas na lide recursal foram examinadas e decididas, não havendo vício no julgado, cujo resultado desfavoreceu a posição sustentada pelo Embargante.

Frise-se que é dominante na jurisprudência do STJ o entendimento de que o julgador não está obrigado a tecer considerações a respeito de todas as regras jurídicas, pontos e argumentos invocados pelas partes, mas a julgar a questão posta a exame, de acordo com o tema e com a legislação que entender aplicável ao caso concreto. Nesse sentido:

O órgão julgador, para expressar sua convicção, não está obrigado a aduzir comentários a respeito de todos os argumentos levantados pelas partes, quando decidir a causa com fundamentos capazes de sustentar sua conclusão. Precedentes. (STJ, EDcl no MS 4116 / DF, Embargos de Declaração no Mandado de Segurança 1995/0030865-7, Rel. Min^a. Laurita Vaz, 3^a Seção, j. 11/10/2006, DJ 30/10/2006, p. 236).

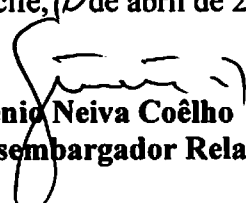
Como se vê, não há vício a ser sanado por intermédio dos presentes aclaratórios.

Outrossim, o Supremo Tribunal Federal, em sucessivos e recentes julgamentos, vem decidindo que “Os embargos de declaração destinam-se, precipuamente, a desfazer obscuridades, a afastar contradições e a suprir omissões que eventualmente se registrem no Acórdão proferido pelo Tribunal”, revelando-se incabíveis “quando, inexistentes os vícios que caracterizam os pressupostos legais de embargabilidade (CPC, art. 535), vem tal recurso com desvio de sua específica função jurídico-processual, a ser utilizado com a finalidade de instaurar, indevidamente, uma nova discussão sobre a controvérsia jurídica já apreciada pelo Tribunal...” (RTJ 173/29, junho/2000).

Por tais fundamentos, **nego provimento** aos presentes Embargos Declaratórios.

É como voto.

Recife, 10 de abril de 2013


Stênio Neiva Coêlho
Desembargador Relator